



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 14/2022

CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 14/2022

PROCESSO ELETRÔNICO N. [0001656-61.2022.6.22.8000](#)

CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA GUIOMAR APARECIDA LEITE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRANJOS FLORAIS, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS DO TRE-RO.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. e CPF n. (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021).

CONTRATADA: Empresa **GUIOMAR APARECIDA LEITE**, inscrita no CNPJ sob o n. 21.184.573/0001-92, com sede na Mozart, n. 4948, Igarapé, CEP 76.824-254, Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 99249-9942, E-mail(s): guiomar.a.leite@hotmail.com, neste ato representada por **GUIOMAR APARECIDA LEITE**, brasileira, portadora do RG n. e CPF sob o n. (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Lei. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.702/2022, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 01/2022/CERIMONIAL.

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação: DESPACHO Nº 890 / 2022 - PRES/DG/GABDG (evento [0858489](#)), de 13/07/2022.

DO OBJETO

(Artigo 55, I, II, IV e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é o serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento das necessidades do Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em eventos institucionais, incluindo homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos, conforme descrição e quantidades estimadas constantes no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Especificação
01	Arranjo Baixo	10	Medindo 100 cm de comprimento X 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, a critério do CONTRATANTE.
02	Arranjo sobre colunas	20	Apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou do plenário do tribunal, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, hortênsias, helicônias, aster, gérberas, dalias e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério do CONTRATANTE.
03	Arranjo fúnebre	4	Composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com mensagem. Obs.: Os arranjos fúnebres deverão ser fornecidos a qualquer hora do dia e da noite, inclusive em finais de semana e feriados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04	Arranjo pequeno	10	Para disposição em mesas auxiliares de serviço, medindo 30 cmx 30cm, composto por folhagens, rosas, açucena, aster, cravos, margaridas e solidáguas.
----	-----------------	----	--

Subcláusula Primeira – A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência da Carta-Contrato.

Subcláusula Segunda – Os serviços serão prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, em Porto Velho/RO ou em outro local, previamente informado à CONTRATADA, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

Subcláusula Terceira – Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta contratação.

Subcláusula Quarta - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a Cotação de Preços respectiva, a Proposta da Contratada e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - Para o fornecimento dos arranjos deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a) A CONTRATADA deverá fornecer os arranjos florais com antecedência de pelo menos 3 (três) horas da realização do evento;
- b) A CONTRATADA deverá observar a qualidade mínima indicada nas fotos anexadas aos eventos SEI [0846944](#) e [0846945](#).
- c) A Comissão de Cerimonial comunicará a CONTRATADA, no mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO
DO OBJETO**

(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para execução da presente Carta-Contrato, deverão ser observados os prazos de execução e os critérios de aceitação do objeto a seguir descritos:

- a) Após a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, a CONTRATADA deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento e nos Itens 2.2 e 2.4 do Projeto Básico respectivo. Para cada solicitação de serviço será emitida uma **ORDEM DE SERVIÇO** específica;
- b) Prestados os serviços em cada evento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal específica desses serviços ao gestor do contrato, o qual emitirá o Termo de Recebimento;
- c) No prazo máximo de 05 (cinco) dias, o gestor desta contratação realizará a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes no Projeto Básico respectivo.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - A vigência desta Carta-Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 07/08/2022, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA – O valor total estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 17.500,00** (dezesete mil e quinhentos reais), conforme proposta da CONTRATADA e a seguir demonstrado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	Valor Unitário R\$	Valor Total Estimado R\$
01	Arranjo baixo	10	400,00	4.000,00
02	Arranjo sobre colunas	20	475,00	9.500,00
03	Arranjo fúnebre	4	500,00	2.000,00
04	Arranjo pequeno	10	200	2.000,00
Total Geral estimado da Carta-Contrato				17.500,00

Subcláusula Primeira - A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste instrumento.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, com Funcional Programática n.02122003320GP0011 e Natureza da Despesa n. 33.90.30-15, conforme Nota de Empenho n. 2022NE000403, de 14/07/2022 (evento [0859648](#)).

DO PAGAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento do objeto da presente Carta-Contrato será efetuado após cada prestação de serviço, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo do serviço e ateste da Fatura/Nota Fiscal pelo gestor desta contratação, aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência.

Subcláusula Primeira - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho (CNDT).

Subcláusula Segunda - Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Sexta - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Sétima - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Oitava - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Nona - A compensação financeira prevista no ITEM anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – A Gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pela Presidente da Comissão de Cerimonial do TRE-RO, ou por seu substituto legal em caso de ausências, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA NONA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os preços, prazos, quantidades e condições estabelecidos neste instrumento e no Projeto Básico respectivo.
- b) Expedir ordens de serviço para autorização dos serviços pela CONTRATADA;
- c) Receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento e no Projeto Básico, em especial conforme referido nos itens 2.2 e 2.4;
- d) Recusar e devolver, de plano, os produtos em claro desacordo com especificações estabelecidas no Projeto Básico.
- e) Promover o acompanhamento e a fiscalização da Carta-Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- f) Efetuar o pagamento, nos termos pactuados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- h) Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
- i) Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução desta Carta-Contrato;
- j) Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta Carta-Contrato; e
- k) Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, II, IV, VII e XIII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se a CONTRATADA a:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidos neste instrumento e em seus anexos e no Projeto Básico respectivo, em especial os itens 2.2 e 2.4;
- b) Entregar o objeto da Carta-Contrato nos prazos especificados neste instrumento;
- c) Substituir, às suas expensas, no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento, os itens em desacordo com as especificações no Projeto Básico e neste instrumento contratual, comunicados pela Comissão de Cerimonial;
- d) Atender aos demais comunicados pelo gestor desta contratação quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;
- e) Receber o pagamento do valor ajustado em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- f) Manter-se, durante toda a execução da Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e com a qualificação exigidas na licitação e apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT), quando da contratação e apresentação de faturas para pagamentos;

g) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto desta contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;

i) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência da Carta-Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

j) Não transferir, nem sublocar, nem subcontratar, no todo ou em parte, os itens objeto desta Carta-Contrato;

l) Cumprir determinação do Fiscal desta contratação para adimplemento de obrigação assumida com a celebração do ajuste, no prazo determinado na notificação, sob pena de aplicação de penalidades caso persista, de forma injustificada, a inadimplência;

m) Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I - Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal desta contratação, decidir acerca desses requerimentos;

II - Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

n) Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta Carta-Contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas neste instrumento.

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a CONTRATADA à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

I - Atraso injustificado da obrigação de fornecer os materiais da ornamentação pelo menos 3 (três) horas antes da realização do evento: multa de 2% (dois por cento);

II - Atraso nos demais prazos e obrigações estipulados neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - Advertência escrita;

II - Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

III - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

Subcláusula Quarta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quinta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Sexta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

Subcláusula Sétima - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Oitava - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Nona - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Primeira – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Segunda - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Terceira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Quarta - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Quinta - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sexta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sétima- No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Oitava - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Nona- Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Vigésima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima Primeira – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las.

Subcláusula Vigésima Segunda - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS **(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - À execução desta Carta-Contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão as Leis e normas indicadas no início deste instrumento (Legislação aplicável e fundamento legal) e, subsidiariamente, os demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de suas transcrições.

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 15 de julho de 2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	GUIOMAR APARECIDA LEITE Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/07/2022, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUIOMAR APARECIDA LEITE, Usuário Externo**, em 21/07/2022, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 21/07/2022, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 21/07/2022, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0859686** e o código CRC **E94C15B7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805-859 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 2/2022 - PRES/DG/CERIMONIAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.0 - INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 6º, IX, da Lei nº 8.666/93, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO e Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente Projeto Básico, visando a contratação de serviços de ornamentação para eventos institucionais deste Tribunal.

2.0 – DO OBJETO

2.1. A contratação tem por objeto o serviço de fornecimento de arranjos florais para atendimento ao cerimonial visando suprir demanda de eventos institucionais, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos.

2.2. DA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES

2.2.1. As especificações e quantitativos dos serviços a serem prestados encontram-se expressos no quadro abaixo, bem assim, as especificações do objeto quanto à qualidade mínima que deve ser considerada como referência para os arranjos a serem fornecidos.

Item	Descrição	Qtde	Especificação
01	Arranjo Baixo	10	Arranjo baixo, Medindo 100 cm de comprimento x 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.
02	Arranjo sobre colunas	20	Arranjo sobre colunas, apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou do plenário do tribunal, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, hortênsias, helicônias, aster, gérberas, dalias e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.
03	Arranjo fúnebre	4	Arranjo fúnebre, composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com mensagem. Obs.: os arranjos fúnebres devem ser fornecidos fora do horário de expediente
04	Arranjo pequeno	10	Arranjo pequeno, para disposição em mesas auxiliares de serviço, medindo 30 cmx 30cm, composto por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			folhagens, rosas, açucena, aster, cravos, margaridas e solidáguas.
--	--	--	--

2.3. DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO

2.3.1. Os serviços serão prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ou em outro local, previamente informado à contratada, localizado dentro do perímetro urbano do município de Porto Velho/RO.

2.4. DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

2.4.1. Quanto aos arranjos:

- a) A contratada deverá fornecer os materiais da ornamentação com antecedência mínima de 03 (três) horas antes da realização do evento.
- b) A contratada deverá observar a qualidade mínima indicada nas fotos anexadas ao presente projeto básico.
- c) A Comissão de Cerimonial comunicará à contratada, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência da data do evento, o tipo de ornamentação necessária.

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

3.1. DA NECESSIDADE

3.1.1. A presente contratação visa atender demanda do Cerimonial deste Tribunal, em consonância com as normas de protocolo de cerimonial público, sobretudo de eventos institucionais como solenidade de diplomação, posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal, consoante disposto no art. 45 do Regimento Interno do TRE-RO.

3.2. DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.2.1. O serviço pretendido visa o atendimento de vários eventos institucionais decorrentes de iniciativas estratégicas voltadas à melhoria dos serviços oferecidos e à interação da Justiça Eleitoral de Rondônia com a sociedade rondoniense.

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

4.1. De acordo com o Artigo 4º da Resolução CNJ n. 400/2021, os órgãos do Poder Judiciário devem realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS). Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n.131/2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.2. No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

4.3. Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.4. EM RAZÃO DAS INÚMERAS NORMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA EM FUNÇÃO DE EXPRESSO TEXTO LEGAL, APLICÁVEIS AO BEM OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, SERÁ EXIGIDO:

4.4.1. Cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010:

I – Que os bens são constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, quando exigível;

II – Que foram observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando exigível;

III – Que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utiliza materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – Que os bens não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.4.2 Para atendimento desses requisitos poderá ser exigida sua comprovação quando do recebimento dos materiais pela Comissão de Cerimonial.

5.0 – DA COTAÇÃO DE PREÇOS

5.1. Os preços apresentados nas cotações devem prever todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto da cotação de preços.

5.2. De acordo com o art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, será aceita como melhor proposta aquela que evidenciar o menor preço e atender as especificações deste projeto básico, sendo declarada vencedora a empresa que ofertar o menor preço para o item único e se encontre regular com os documentos de habilitação exigidos para a contratação.

5.3. Objetivando o levantamento dos preços praticados no mercado local foram expedidas cotações colacionadas nos eventos: [0846837](#), [0846836](#), [0846830](#) e [0846861](#). Com exceção da empresa Arte Flor, que não preencheu a cotação encaminhada, todas as demais encontram-se com as certidões regulares e aptas a contratar com a Administração Pública (Certidões negativas - Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Débitos Trabalhistas e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ).

5.4. Dentre elas a que cotou o menor preço foi a empresa Guiomar Aparecida Leite CNPJ 21.184573/0001-92, no valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

Empresa	Valor do objeto	Certidões - Regularidade
Flora Plantas Ornamentais CNPJ 63774855/0001-90 (0846837)	R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais)	Eventos 0846842
Guiomar Aparecida Leite CNPJ	R\$ 17.500,00 (dezessete mil e	Eventos 0846847 , 0846851 , 0846854 , 0846856

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21.184573/0001-92 (0846836)	quinhentos reais)	
Aurineia Borges Valente CNPJ 12.587.202/0001-60 (0846830)	R\$ 22.300,00 (vinte e dois mil e trezentos reais)	Eventos 0846867
Floricultura Art Flor (0846861)	A empresa respondeu que não consegue atender os prazos estipulados na cotação (0846863)	--

5.5. Tendo em vista o menor preço, a empresa Guiomar Aparecida Leite figura com a melhor proposta e apta (regular) no que diz respeito à habilitação jurídica:

	Especificação	Qtidade	Valor unitário	Valor Total
EMPRESA GUIOMAR APARECIDA LEITE	Arranjo baixo, Medindo 100 cm de comprimento x 70 cm de altura (para instalação em frente à mesa das autoridades), composto por bastões do imperador, rosas, lírios, helicônias, aster e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.	10	400,00	4.000,00
	Arranjo sobre colunas, apoiado sobre colunas de vidro ou madeira, ou vasos cerâmicos ou de vidro (para instalação na porta de entrada e interior do auditório ou do plenário do	20	475,00	9.500,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	tribunal, composto por bastões do imperador, rosas, lírios, hortênsias, helicônias, aster, gérberas, dalias e solidáguas, em cores que se harmonizem, à critério da contratante.			
	Arranjo fúnebre, composto por lírios, rosas, astromélias e folhagens, medindo 1m X1m - acompanha faixa com mensagem.	4	500,00	2.000,00
	Arranjo pequeno, para disposição em mesas auxiliares de serviço, medindo 30 cmx 30cm, composto por folhagens, rosas, açucena, aster, cravos, margaridas e solidáguas.	10	200	2.000,00
Valor total proposta vencedora		R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)		

6.0 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

6.1. As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do Orçamento Anual de 2022, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

EXERCÍCIO - 2022

Categoria: Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral - CERIMONIAL

Orçamento Ordinário 2022

Plano Interno: ADM EVENTO

Valor: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

EXERCÍCIO - 2023

Categoria: Organização, ornamentação e buffet para eventos em geral - CERIMONIAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Orçamento Ordinário 2023

Plano Interno: ADM EVENTO

Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

7.0 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

7.1. - DO CONTRATO

7.1.1. Nos termos do art. 62, § 2º, da Lei n. 8.666/93, será formalizado Carta Contrato regulando a relação entre a Administração e a empresa Contratada, que terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

7.1.2. Como condição para a assinatura da Carta Contrato, a adjudicatária deverá apresentar, situação de regularidade junto à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Justiça do Trabalho.

7.1.3. Caso a adjudicatária não apresente situação regular perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, no ato da assinatura da contratação, ou, injustificadamente, não receba as vias do contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado.

7.1.4. Para efetivar a contratação, a empresa vencedora da melhor proposta será convocada pela Seção de Contratos, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

7.1.5. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa será convocada por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Carta Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento do email da Seção de Contratos.

7.1.1.6. Após a assinatura, a contratada deverá providenciar a prestação dos serviços contratados, dentro dos prazos fixados neste Projeto Básico, conforme orientações do gestor do contrato.

7.1.1.7. À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/1993, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

7.2 - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

7.2.1. Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens objeto deste contrato.

7.3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.3.1. Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, a contratada deverá executar o objeto nos prazos e condições estabelecidos nos itens 2.2 e 2.4 deste instrumento. De modo que a cada solicitação de serviço será emitida uma ORDEM DE SERVIÇO específica.

7.3.2. Quando da realização de cada evento, a contratada deverá a apresentar a Nota Fiscal após a execução do serviço, com relação ao qual o gestor do contrato emitirá o Termo de Recebimento. O gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos materiais entregues e dos serviços prestados, que consistirá na verificação dos materiais e serviços conforme especificações constantes neste Projeto Básico.

8.0 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 São direitos e obrigações da Contratante:

8.1.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Projeto Básico;

8.1.2 Receber os fornecimentos e materiais nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste Projeto Básico, em especial conforme referido nos itens 2.2 e 2.4;

8.1.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

8.1.4 Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo, devidamente atestado pelo gestor do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

b) Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho.

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

8.2. São direitos e obrigações da Contratada:

8.2.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Projeto Básico, em especial os itens 2.2 e 2.4;

8.2.2 Entregar o objeto contratado nos prazos especificados neste instrumento;

8.2.3 Substituir, às suas expensas, os itens que estiverem em desacordo com o especificado neste Projeto Básico (comunicadas pela Comissão de Cerimonial), no menor tempo possível e sempre antes da realização de cada evento;

8.2.4 Atender aos demais comunicados pelo gestor do contrato quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento;

8.2.5 Receber o pagamento do valor ajustado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.6 Apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho, quando da contratação e pagamentos;

8.2.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

8.2.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e parágrafos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

a) - Atraso injustificado da obrigação de fornecer os materiais da ornamentação pelo menos 03 (três) horas antes da realização do evento: multa de 2% (dois por cento);

b) - Atraso nos demais prazos e obrigações estipulados neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

9.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 30% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.3 A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4 As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

9.5 A contratada se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

9.6 Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

10 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A gestão e fiscalização será de competência da presidência da Comissão de Cerimonial, ou por seu substituto legal em caso de ausências, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

10.2. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

11.0 – DOS ANEXOS

11.1. São anexos do presente TR

I Fotos referenciais da qualidade mínima do objeto deste PB

eventos [0846944](#) e [0846945](#)



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 01/07/2022, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0851809** e o código CRC **A45FDC2E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001656-61.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Comissão de Cerimonial do TRE-RO.

ASSUNTO: Análise – Dispensa de Licitação em razão do valor –
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de
ornamentação.

PARECER JURÍDICO Nº 91 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Presidente da Comissão de Cerimonial deste Tribunal, objetivando contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação ([0845149](#)). Por meio do despacho 1342/2022 ([0845161](#)) o titular da SAOFC autorizou a demanda que consta da Solicitação de Contratação n. 4 ([0845153](#)) e determinou a elaboração de ETP, PB/TR e Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação.

02. Assim, foi juntado ao processo pela unidade demandante o ETP n. 2 ([0846575](#)) e diversos documentos atinentes às cotações de preços realizadas no mercado que apontaram a empresa **Guimar Aparecida Leite - CNPJ n. 21.184573/0001-92** como vencedora da disputa, no valor total de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), conforme registrado no capítulo 4 do Projeto Básico n. 1 ([0846943](#)) e na Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação ([0846946](#)).

03. Os documentos foram submetidos à análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC. Por conta das diligências que constam dos eventos [0848830](#) e [0851417](#), vieram ao processo **nova** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação ([0850827](#)) e o novo **PROJETO BÁSICO N. 2/2022 - PRES/DG/CERIMONIAL** ([0851809](#)). Por fim, a SAC registrou a comprovação da regularidade da empresa **GUIOMAR APARECIDA LEITE** para contratar com a Administração Pública e conclui pela adequação do referido PB às normas aplicáveis ([0851926](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Veio ao processo a minuta da carta-contrato elaborada pela Seção de Contratos ([0851989](#)) e, após ajustes no planejamento orçamentário da SJGI, autorizado pelo Secretário da SAOFC no Despacho 1588/2022 ([0856259](#)), a Programação Orçamentária ([0857172](#)), havendo a COFC informado no evento [0856774](#) que trata-se de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício, adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC nº 101/2000, art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo).

05. Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Do limite do valor: Possibilidade de aquisição direta.

06. Inicialmente deve ser registrado que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), o presente procedimento de contratação foi formatado pelas regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente até o decurso do prazo de dois anos após a publicação do novo regime, ou seja, a Lei n. 8.666/93 está em vigor até 1/4/2023, nos termos do artigo 191 c/c 193 ambos da Lei n. 14.133/2021.

07. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (sem grifo no original)

09. Registra-se que os **10%** mencionados corresponde atualmente a R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), pois o valor contido no art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos foi atualizado pelo Decreto Federal n. 9.412, de 18 de junho de 2018, para R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais). No caso em tela, o valor da aquisição



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pretendido é também de **R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**, conforme demonstrado no Capítulo 5 do Projeto Básico em análise, após cotações de preço realizadas com o mercado fornecedor; assim, situado no limite legal aqui noticiado. Nesses termos, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

2.2. Do fracionamento de despesa: Inocorrência

10. Deve-se registrar que o GABSAOFC não juntou o "livro" com os registros dos processos com despesas no exercício de 2022. Contudo, face à recenticidade do ato, optou-se pela consulta ao documento juntado no evento [0853714](#) do PSEI [0001333-56.2022.6.22.8000](#) o qual demonstra que a Administração **não** realizou neste exercício contratações de outros objetos enquadrados no mesmo subelemento de despesa, este definido pela **Portaria STN n. 448, de 13 de setembro de 2002 - p. no DOU de 17.9.2002** - que, registre-se, encontra temperamentos no âmbito deste órgão na forma dos **incisos do § 1º do art. 2º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008**, os quais, todavia, estão em sintonia com os critérios atualmente adotados para a verificação de eventual fracionamento de acordo com o **art. 4º e seu § 1º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021**, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica de que trata a **Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021** e institui o **Sistema de Dispensa Eletrônica** no âmbito da Administração Pública Federal.

11. Nessa linha pode-se afastar a ocorrência de questionamentos acerca de eventual fracionamento de despesa, vedado pelo § 5º do art. 23 da L. 8.666/93. Nesse sentido:

Acórdão 677/2008 Plenário (Sumário)

Um dos requisitos para que se caracterize o fracionamento de despesas é que os objetos licitados separadamente pudessem ser realizados concomitantemente.

2.3. Da cotação de preços com o mercado fornecedor: Regularidade dos requisitos do procedimento

12. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, tem-se que ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, **Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

13. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

14. O cumprimento desses requisitos legais tem regras específicas definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, que no caso em análise foi juntado ao processo no evento ([0850827](#)) e que demonstra, em conjunto com o capítulo 5 do PB ([0851809](#)), que a escolha da vencedora foi obtida após expedição de cotação ao mercado fornecedor, procedimento que obteve três cotações válidas e positivas, conjunto sobre o qual foi aplicado o critério do menor preço. De notar-se que a unidade não inseriu os preços obtidos na Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, embora estejam todos listados no quadro inserto no item 5.4 do PB.

15. Considerando que esse documento foi criado em decorrência do DESPACHO Nº 1033/2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0708395](#)), exarado no PSEI [0001311-32.2021.6.22.8000](#), para publicação no PORTAL DA TRANSPARÊNCIA deste Tribunal, desde que não tenham sido consideradas sigilosas, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215, de 16/09/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário, **pede-se que seja dada ciência à COMAP e à Seção de Apoio às Contratações - SAC** (unidade responsável pela avaliação de projetos básico e termos de referência neste órgão (de acordo com o novo art. 70-A, II do Regulamento da Secretaria do TRE-RO) **para que, doravante, observe o preenchimento de todos os seus requisitos**.

16. No que mais relevante, verifica-se que a unidade logrou êxito na obtenção de no mínimo 3 propostas válidas, muito embora esse número possa, de forma excepcional, até ser mitigado porque tratando-se de procedimento de dispensa de licitação não há imposição na Lei n. 8.666/93 desse número mínimo. Nessa linha é o **Acórdão n. 2186/2019-Plenário**, do qual se extrai a seguinte passagem:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Tratando-se de contratação direta, o art. 26, parágrafo único, da mesma lei preceitua que deve constar do processo, entre outros elementos, a justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor ou executante.

6. Acerca do tema, o Acórdão 955/2011-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, emitiu o seguinte alerta à Eletrobras:

‘9.3. alertar a Eletrobras – Distribuição Piauí de que, quando da realização de dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8666/1993 [situação de emergência ou calamidade pública], é indispensável a consulta ao maior número possível de fornecedores ou executantes para o integral atendimento dos incisos II e III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93, a fim de que efetivamente possa ser selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração;’ (grifos acrescidos)

7. Ante as aludidas fontes de direito, sob o ponto de vista legal, a justificativa de preço foi observada a partir da elaboração de planilha de preço referencial e da apresentação de propostas por parte de cinco empresas.

8. A jurisprudência desta Corte de Contas também foi cumprida, pois o número de fornecedores que deve ser consultado (“o maior número possível”) tem natureza subjetiva, uma vez que não há dispositivo legal, normativo ou jurisprudencial que expressamente o defina.

9. Entender que as quinze empresas deveriam ser consultadas induziria ao raciocínio de que se a lista contemplasse cem ou mil fornecedores, os cem ou mil necessariamente precisariam ser perguntados, o que certamente inviabilizaria a celeridade desejada em contratações dessa natureza (emergencial).

17. Mas também há orientação - ao que sabe majoritária - do TCU no sentido da exigência de pelos menos 3 cotações ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público, na forma dos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário. Veja-se:**

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

18. Registra-se ainda que os documentos juntados nos eventos [0846842](#) (Plantas ornamentais); [0846847](#), [0846851](#), [0846854](#), [0846856](#) e [0855788](#) (Guiomar Aparecida Leite) e [0846867](#) (Inamoratta) atestam a regularidade das 3 cotantes.

19. Assim, verifica-se que o menor preço obtido na cotação realizada foi ofertado pela empresa **Guiomar Aparecida Leite - CNPJ n. 21.184573/0001-92**, para os quatro itens indicados no capítulo 2 PB, no valor total de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) para o fornecimento de todos os arranjos, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93** estão preenchidos.

20. Em última análise, pelos elementos que constam do processo, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993 e realizar a aquisição de seu objeto diretamente com a empresa indicada no item anterior**, a qual ofertou o menor preço para os itens, conforme cotações existentes nos processo, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. De outro lado, o **PROJETO BÁSICO Nº 2/2022 - PRES/DG/CERIMONIAL** ([0851809](#)) e seus anexos, complementado pela cotação de preços juntada no evento [0846836](#), possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação.

III – CONCLUSÃO

22. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela possibilidade jurídica da contratação direta, com dispensa de licitação, dos serviços definidos no objeto do PB, com a empresa **Guiomar Aparecida Leite - CNPJ n. 21.184573/0001-92**, com fundamento no **art. 24, II, da Lei n. 8666/1993**;

b) pela possibilidade de aprovação do PB juntado aos autos ([0851809](#)), caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal retrocitado;

23. Resta, ainda, a análise formal dos termos da minuta do instrumento juntada no evento [0851989](#). Verifica-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Assim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta supramencionada.

24. No intuito de contribuir com a instrução dos processos de contratação, **esta unidade jurídica sugere**, ainda:

a) tratando-se de processos de despesas enquadradas no art. 24, II, da L. 8.666/93, que o GABSAOFC sempre junte o "livro" com o registro dos processos com despesas do exercício corrente para que esta unidade possa analisar a eventual ocorrência de fracionamento de despesas;

b) considerando o registros contidos que constam dos itens 14 e 15 deste parecer, **que seja dada ciência à COMAP e à Seção de Apoio às Contratações - SAC para que, doravante, observe o preenchimento de todos requisitos do formulário** padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** quando das análises dos PB/TR's.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 12/07/2022, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0857885** e o código CRC **4B440C47**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001656-61.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE CERIMONIAL

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação.

DESPACHO Nº 890 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Cerimonial, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ornamentação ([0845149](#)).

Para instruir os autos, juntou-se a solicitação de contratação ([0845153](#)), o estudo técnico preliminar para dispensa e inexigibilidade de licitação ([0846575](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0846946](#)); e o Projeto Básico ([0851809](#)), contendo a especificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, condições de participação e habilitação, contrato, pagamento e gestão e fiscalização.

O valor da contratação foi estimado em R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais).

Após as diligências cabíveis, a Seção de Apoio às Contratações - SAC manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico, complementado pela proposta da empresa ([0846836](#)), por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 ([0851926](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho nº 923/2022 da COFC ([0856774](#)), formalizou a reserva de dotações orçamentárias no SIAFI, mediante emissão de pré-empenho no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) ([0857172](#)). Consoante a Informação 191 ([0856769](#)), trata-se de contratação com previsão de execução orçamentária no exercício vindouro, razão pela qual não é possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2023.

A SECONT elaborou a minuta da carta-contrato, evento nº [0851989](#), e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica da SAOFC, tendo essa aprovado seus termos, em atenção ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Além disso, a AJSAOFC opinou pela regularidade do projeto básico; pela possibilidade jurídica de a contratação pretendida ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993 ([0857885](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do PB; pela regularidade da informação conclusiva sobre o valor estimado; pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; pela ratificação do ato de reconhecimento da situação de dispensa de licitação; pela contratação direta da empresa, por dispensa de licitação, com emissão de nota de empenho em seu favor; pela publicação do ato de dispensa apenas no DJE; e pelo envio de cópia do PB à empresa ([0858384](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Analisando os autos, verifica-se que a contratação poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, com amparo no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, uma vez que o valor estimado está dentro do limite legal.

Quanto à pesquisa preços, ficou devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a pesquisa de preços executada é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis a todas as contratações diretas.

Com efeito, foram obtidas no mercado local três cotações válidas, ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público, o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União nos Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário. Sendo assim, a cotação de preço realizada é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/1993, conforme item 12 do Parecer Jurídico AJSAOFC [0857885](#).

Ressalta-se, também, que com a juntada da planilha contendo os registros dos processos com despesas no exercício de 2022 ([0858369](#)), ficou demonstrado que esta Administração não realizou contratações da mesma natureza neste exercício. Dessa forma, afastou-se eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.

Pelo exposto, com amparo nas atribuições conferidas pela Portaria GP n. 66/2018, bem como nos documentos e nas informações constantes nos autos:

1 - aprovo o ETP ([0846575](#)) e o Projeto Básico ([0851809](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/93;

2 - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva, de evento nº [0850827](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3 - autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93; e

4 - adjudico o objeto à empresa GUIOMAR APARECIDA LEITE, CNPJ n. 21.184573/0001-92, e autorizo a emissão de nota de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empenho em seu favor, no R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), por ter apresentado a melhor proposta e estar apta a contratar com a Administração Pública, condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação.

Ao **GABSAOFC** para ciência da obrigatoriedade de juntar o livro de contratações do ano de 2022, quando se tratar de processos de despesas enquadradas no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, em observância ao item 24, letra "a" do Parecer Jurídico SAOFC [0857885](#).

À **COMAP/SAC** para que, em futuras contratações, observe o preenchimento de todos os **requisitos do formulário** referente à informação conclusiva sobre o valor estimado, quando das análises dos PB/TR's, em atenção ao item 24, letra "b" do Parecer Jurídico SAOFC [0857885](#).

À Comissão do Cerimonial para envio de cópia do Projeto Básico ([0851809](#)) e da minuta de carta-contrato ([0851989](#)) à contratada, por meio de e-mail.

À **SAOFC** para a continuidade das ações necessárias à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 13/07/2022, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0858489** e o código CRC **03947EFE**.